



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 22.645/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, **Sr. José Antônio Coelho Cavalcanti**, concedendo Pensão por morte do servidor **Sr. Antônio David da Silva**, matrícula nº 13.187-3, Servente, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, tendo como beneficiária a **Sra. Severina Joaquina da Silva**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. Severina Joaquina da Silva**.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC n° 22.645/19

Objeto: Pensão

Beneficiária: **Severina Joaquina da Silva**

Servidor (a): **Antônio David da Silva**

Órgão: Paraíba Previdência - PBPrev

Gestor Responsável: **José Antônio Coelho Cavalcanti**

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC n° 0167/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC n° 22.645/19**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor **Sr. Antônio David da Silva**, matrícula n° 13.187-3, Servente, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, tendo como beneficiária a **Sra. Severina Joaquina da Silva**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria P n° 585/2019], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2020.

Assinado 6 de Fevereiro de 2020 às 11:27



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 6 de Fevereiro de 2020 às 13:44



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO